

CONTRATO Nº 032/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA RECON COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, TUDO DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2025 -- DISPENSA 007/2025.

Pelo presente instrumento público de contrato administrativo e na melhor forma do direito, como **CONTRATANTE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**, com sede na Avenida Vinte de Dezembro, nº 100, Dom Helder Câmara, Chã Grande – PE, inscrita no CNPJ sob o nº 30.005.980/0001-86, neste ato representada pelo seu Gestor e Secretário de Educação, Esportes e Juventude Sr. Joel Gomes da Silva, brasileiro, divorciado, professor, portador da carteira de identidade nº 5322402 SSP/PE e do CPF Nº 027.009.264-12, e como **CONTRATADA a Empresa RECON COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.438.246/0001-61**, estabelecida à Av. Conselheiro Aguiar, nº 980, Boa viagem – Recife, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. Manoel Lopes da Costa Campos Filho, têm entre si, justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO** mediante as seguintes cláusulas e condições discriminadas abaixo, que mutuamente outorgam e estabelecem, tudo em conformidade com o **Processo Licitatório nº 022/2025 – Dispensa nº 007/2025**, devidamente **Autorizada pela Autoridade Superior em 21/03/2025**, nos termos da Lei nº. 14.1333/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste contrato a Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de materiais de construção, destinados a atender as demandas da Secretaria de Educação, Esportes e Juventude do Município de Chã Grande.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA VINCULAÇÃO

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. A Proposta do contratado;
- 1.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Nº da Nota de Empenho: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO

O objeto do presente contrato, rege-se pelas disposições expressas no Termo de Referência, ora citado, e subsidiariamente pelas Leis 14.133/2021, por suas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

**MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:71
75873948
7**

Assinado de
forma digital
por MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:717587
39487
Dados:
2025.03.27
13:07:06
-03'00'

Av. São José, 101, Centro, Chã Grande - PE, CEP: 55.000-000
(81) 3537-1140 | administrativo@cha-grande.pe.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato vigorará pelo prazo de 3 (três) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos

- a) Unilateralmente pela Administração, conforme Art. 124, Inciso I da Lei 14.133/21;
- b) Por acordo das partes, conforme Art. 124, Inciso II da Lei 14.133/21;

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- i. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- ii. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

- b. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:717
58739487

Assinado de
forma digital por
MANUEL LOPES
DA COSTA
CAMPOS
FILHO:71758739
487

Dados:
2025.03.27
13:07:52 -03'00'

Av. São José, 101, Centro, Chã Grande - PE 55010-000
(81) 3537-1140 | administracao@chaagrande.pe.gov.br



Pelo objeto pactuado na cláusula primeira do presente contrato a CONTRATANTE pagara à CONTRATADA o valor de **R\$ 54.375,26 (Cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CÓDIGO BR	Quantidade	VALOR UND.R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tijolo 8 furos grandes.	Unidade	BR0240512	8.000	R\$ 0,84	R\$ 6.720,00
2	Cimento saco 50kg.	Saco	BR0216964	300	R\$ 37,85	R\$ 11.355,00
3	Ferro 3/8" varão de 12m.	Unidade	BR0270736	20	R\$ 74,92	R\$ 1.498,40
4	Ferro 1/2" varão de 12m.	Unidade	BR0271701	5	R\$ 118,27	R\$ 591,35
5	Arame Recozido 18.	Quilo	BR0452807	8	R\$ 16,65	R\$ 133,20
6	Estribo ferro 5.0 - 7x27cm - Caixa com 200 und.	Caixa	-	2	R\$ 202,59	R\$ 405,18
7	Estribo ferro 5.0 - 17x17cm - Caixa com 200 und.	Caixa	-	2	R\$ 214,76	R\$ 429,52
8	Pó de pedra.	M³	BR0486732	10	R\$ 159,98	R\$ 1.599,80
9	Areia Lavada.	M³	BR0216954	10	R\$ 149,22	R\$ 1.492,20
10	Brita nº19.	M³	BR0397968	8	R\$ 171,69	R\$ 1.373,52
11	Luva de redução esg. 100-50 mm.	Unidade	BR0231225	60	R\$ 9,72	R\$ 583,20
12	Luva de redução esg. 150-100 mm.	Unidade	BR0231225	25	R\$ 45,64	R\$ 1.141,00
13	Luvas de borracha cano longo (esgoto) .	Unidade	BR0366698	100	R\$ 48,75	R\$ 4.875,00
14	Cano de PVC soldável 20 mm c 6m.	Unidade	BR0466897	20	R\$ 16,73	R\$ 334,60
15	Carro de mão.	Unidade	BR0602779	3	R\$ 192,64	R\$ 577,92
16	Bota de borracha cano longo.	Unidade	BR0239085	10	R\$ 96,58	R\$ 965,80
17	Adesivo plástico p. tubo PVC 75g.	Unidade	BR0472187	10	R\$ 6,42	R\$ 64,20
18	Joelho esg. 150 mm 90°	Unidade	BR0486492	50	R\$ 32,49	R\$ 1.624,50
19	Joelho esg. 150 mm 45°	Unidade	BR0486492	50	R\$ 31,86	R\$ 1.593,00
20	Joelho esg. 200 mm 45°.	Unidade	BR0351459	4	R\$ 134,89	R\$ 539,56
21	Joelho esg. 200 mm 90°.	Unidade	BR0351459	12	R\$ 127,64	R\$ 1.531,68
22	Joelho esg. 100 mm 90°	Unidade	BR0304344	60	R\$ 6,13	R\$ 367,80
23	Joelho esg. 100 mm 45°	Unidade	BR0304344	60	R\$ 6,57	R\$ 394,20
24	Tubo Cano PVC Esgoto de 100mm com 6 metros	Unidade	BR0233972	60	R\$ 73,26	R\$ 4.395,60

MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:71
75873948
7

Assinado de
forma digital
por MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:7175873
9487

Dados:
2025.03.27
13:08:14 -03'00'



25	Tubo Cano PVC Esgoto de 200mm Barra 6 Metros	Unidade	BR0233972	25	R\$ 318,27	R\$ 7.956,75
26	Fio Cabo Elétrico Flexível 2,5mm Rolo 100 Metros	Unidade	BR0622823	3	R\$ 239,52	R\$ 718,56
27	Fio Cabo Elétrico Flexível 4,0 mm Rolo 100 Metros	Unidade	BR0622785	3	R\$ 371,24	R\$ 1.113,72
						R\$ 9.789,03
						R\$ 9.789,03

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento deverá ser efetuado à Contratada, através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente ao fornecimento, com apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para fazer face às despesas da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas abaixo:

Órgão: 5000 – Secretaria de Educação

Unidade: 5001 – Secretaria de Educação

Programa: 12.361.1201.2.37 – Manutenção da Secretaria de Educação e gestão de ensino

Elemento de Despesa: 3.3.90.90 – Material de Consumo

Órgão: 5000 – Secretaria de Educação

Unidade: 5002 - FUNDEB

Programa: 12.361.1206.2.76 – Manutenção de imóveis da educação

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada à CONTRATADA a transferência de responsabilidade da execução do objeto contratual do Processo administrativo nº 022/2025 Dispensa nº 007/2025, a qualquer outra pessoa física ou jurídica, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento deverá ser executado conforme disposto no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, são obrigações da CONTRATADA:

- Executar o fornecimento objeto do Contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;
- Realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado;

MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:71
75873948
7

Assinado de
forma digital
por MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:7175873
9487

Dados:
2025.03.27
13:08:36 -03'00'



c) Fornecer números telefônicos ou outros meios igualmente eficazes, para contato, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional;

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do fornecimento, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- b) emitir a Ordem de Serviço;
- c) atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- d) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, em relação ao fornecimento objeto do Contrato;
- e) efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:717
58739487

Assinado de
forma digital por
MANUEL LOPES
DA COSTA
CAMPOS

FILHO:717587394
87

Dados: 2025.03.27
13:08:57 -03'00'

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO OITAVO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO NONO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:71
75873948
7

Assinado de
forma digital
por MANUEL
LOPES DA
COSTA
CAMPOS
FILHO:7175873
9487

Dados:
2025.03.27
13:09:21 -03'00'

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que devesse a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Na hipótese de existência, na esfera judicial, de decisões favoráveis à Prefeitura Municipal de Chã Grande, a sucumbência a que for condenada a parte ex-adversa, nos termos do Art. 20 do Código de Processo Civil Brasileiro, pertencerá, exclusivamente, à CONTRATANTE, de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Elegem, as partes contratantes, o Foro do Município de Chã Grande, Estado de Pernambuco, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três (03) vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Chã Grande 26 de março de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente
JOEL GOMES DA SILVA
Data: 02/04/2025 12:24:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOEL GOMES DA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e
Juventude
CONTRATANTE

MANUEL LOPES DA
COSTA CAMPOS
FILHO:71758739487

RECON COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ nº 46.068.396/0001-00
CONTRATADA

Assinado de forma digital por
MANUEL LOPES DA COSTA
CAMPOS FILHO:71758739487
Dados: 2025.03.27 13:09:58 -03'00'